



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA  
DE LICITAÇÃO**

**RATIFICO** a presente JUSTIFICATIVA  
Publique-se, providencie-se o contrato.

Carira/SE, 19 de dezembro de 2025.

**DIOGO MENEZES MACHADO**  
Prefeito Municipal de Carira/SE

• **CONTRATANTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA/SE;  
CNPJ nº 13.099.882/0001-36.

• **CONTRATADO:**

CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL - CPAC;  
CNPJ nº 15.314.802/0001 – 43.

• **OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para a celebração de contrato de rateio para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU), tendo em vista o Pacto de Preservação Ambiental firmado entre o MPT/SE, MPSE E O MPCSE, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Carira/SE.

• **BASE LEGAL**

Art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

• **VALOR TOTAL A SER PAGO PELO CONTRATANTE:**

Em contraprestação aos serviços previstos, serão pagos ao CONTRATADO o valor global estimado de **R\$ 306.910,08 (trezentos e seis mil, novecentos e dez reais e oito centavos)** Contrato de Rateio para Destinação de RSU **global referente ao CONTRATO DE RATEIO PARA DESTINAÇÃO DE RSU e R\$ 155.803,15 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e três reais e quinze centavos)** global referente ao **CONTRATO DE RATEIO.**

• **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da presente inexigibilidade correrão por conta da seguinte Classificação Orçamentária:



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

519  
V

20009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – **04.122.1.2030**  
– **DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA-** 3371700000 –  
TRANSFERÊNCIA A CONSORCIO PUBLICO MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO -  
**FONTE DE RECURSO: 150000000**

• **VIGÊNCIA:**

O Contrato terá prazo de vigência até **31.12.2026**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo haver prorrogação sucessivas nas hipóteses da Lei nº 14.133/21, a depender da duração dos serviços descritos no objeto.

**JUSTIFICATIVA**

A **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Carira/SE**, vem, através de seu secretário, justificar o procedimento de Dispensa de Licitação objetivando a Contratação de empresa especializada para a celebração de contrato de rateio para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU), tendo em vista o Pacto de Preservação Ambiental firmado entre o MPT/SE, MPSE E O MPCSE, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Carira/SE. Estando em conformidade com o art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, e suas posteriores alterações, e de acordo com os motivos adiante expostos:

A exigência de prévia licitação é requisito essencial previsto na CF/88, para a celebração de contratos com a Administração. Contudo, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, previstos na Lei 14.133/2021, em que se permitem exceções à regra da prévia licitação. Tais previsões encontram-se nos artigos 74 e 75 da referida lei, que tratam, respectivamente de inexigibilidade e dispensa de licitação.

A contratação direta é tema contemplado na Lei 14.133/2021, quando da ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, cumpre-se obediência ao disposto no art. 72, que trata da instrução ao procedimento de contratação direta:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I- documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II- estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



1520  
X

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

V- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI- razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Trata-se ainda, no caso em ela, de justificar a utilização desta exceção em obediência ao estabelecido no art. 75, XI da Lei n. 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

### 1. DA NECESSIDADE DO OBJETO:

A gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é uma obrigação legal e um imperativo ambiental para o Município de Carira/SE. A destinação correta dos RSU evita impactos negativos à saúde pública e ao meio ambiente, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida da população.

Diante disso, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados para a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A dispensa de licitação para a celebração de contrato de rateio com consórcio público intermunicipal é amparada pelo Art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que permite a dispensa de licitação para celebração de contratos de rateio nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei nº 11.107/2005, quando se trata de consórcio público.

O Município de Carira/SE é membro do Consórcio Público do Agreste Central (CPAC), que tem como finalidade a gestão compartilhada dos RSU, proporcionando soluções mais eficientes e economicamente viáveis para todos os municípios consorciados.

### 3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

A escolha do Consórcio Público do Agreste Central – CPAC, inscrita no CNPJ sob o nº 15.314.802/0001 – 43, como entidade executora da destinação ambiental adequada dos RSU se justifica por sua expertise, infraestrutura e capacidade técnica comprovada na gestão de resíduos sólidos.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

21

O consórcio possui instalações adequadas e licenças ambientais necessárias para realizar todas as etapas do manejo dos RSU, desde a coleta até a disposição final, garantindo conformidade com as normas ambientais vigentes. Além disso, o consórcio já atende a outros municípios da região, demonstrando eficiência operacional e resultados positivos na gestão dos resíduos.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor a ser pago pelo Município de Carira/SE ao Consórcio Público do Agreste Central – CPAC é resultado de um rateio proporcional, definido em assembleia geral dos municípios consorciados, conforme os critérios estabelecidos no estatuto do consórcio. Este rateio é baseado na quantidade de resíduos gerados por cada município, bem como nos custos operacionais e administrativos do consórcio. Os valores são transparentes e auditáveis, assegurando que o preço pactuado reflète os custos reais dos serviços prestados, sem sobrepreço ou superfaturamento. A tabela de preços é aprovada anualmente pelos membros do consórcio, garantindo assim que os valores praticados sejam justos e equilibrados.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina esta Secretaria, pelo acatamento da contratação de forma direta devido a sua premente necessidade e no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato supra, ex vi, do Art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Submetemos a presente JUSTIFICATIVA à apreciação do Senhor Prefeito Municipal de Carira/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Carira/SE, 19 de dezembro de 2025.

**Hermeson Luiz da Hora Menezes**  
**Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos**